



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA**

**PROJETO DE LEI N. 28, DE 20 DE ABRIL DE 2021**

*INCLUI PARÁGRAFOS NO ARTIGO 8º DA LEI N. 2.743/2019 QUE DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS DE DENOMINAÇÃO DE RUAS, PRAÇAS, MONUMENTOS, OBRAS E EDIFICAÇÕES PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*

O Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Santo Amaro da Imperatriz aprovou e eu sanciono a presente Lei Ordinária:

**Art. 1º** - O artigo 8º da Lei nº 2.743, de 06 de junho de 2019 passará a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 8º Fica vedada a denominação de logradouro que não pertença a malha viária municipal, até que seja devidamente averbado sua existência na matrícula dos imóveis abrangidos pelo logradouro.*

*§ 1º Fica autorizada a denominação de logradouro que esteja consolidado a 05 (cinco) anos ou mais e que conste na malha viária do município, com exceção dos logradouros que estejam envolvidos em ações Judiciais ou Administrativas, até que esta situação esteja sanada.*

*§ 2º O setor responsável da Prefeitura emitirá declaração informando que o logradouro está de acordo com o determinado no § 1º e informará o código de registro do logradouro.*

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Amaro da Imperatriz, 20 de abril de 2021.

**NILTO LEHMKUHL**  
Vereador

**ROSANGELA PASSIG TURNES**  
Vereadora

**WILSON ALEXANDRE MELLO**  
Vereador



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
EXPEDICIONÁRIO RYD MANOEL DA SILVA**

**JUSTIFICATIVA**

No município de Santo Amaro da Imperatriz existem logradouros consolidados a muitos anos, alguns até mais velhos que a emancipação política do município, e de acordo com a legislação vigente é necessário o averbamento de sua existência na matrícula dos imóveis abrangidos pelo logradouro.

Ainda, as famílias que residem nestes logradouros clamam pela regularização para poderem ter a oportunidade de ter, por exemplo, a entrega de correspondência em suas residências entre outros direitos.

Além disso, no ano de 2016, foi concluído em nosso município o georreferenciamento, o qual detalha os imóveis e a malha viária municipal bem como o mapa da malha viária que consta no plano diretor e serve de base para identificação dos logradouros passíveis de regulamentação.

Portanto, a utilidade e a viabilidade deste projeto são facilmente constatáveis, ao que solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

Santo Amaro da Imperatriz, 20 de abril de 2021.

**NILTO LEHMKUHL**  
Vereador

**ROSANGELA PASSIG TURNES**  
Vereadora

**WILSON ALEXANDRE MELLO**  
Vereador